

TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CONFLITOS: CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NA REGIÃO DO MATOPIBA MARANHENSE

Vanderson Viana Rodrigues¹

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP

E-mail: v245614@dac.unicamp.br

Resumo

Este artigo analisa os conflitos territoriais decorrentes da dinâmica da fronteira agrícola no MATOPIBA, com base em autores que enfatizam a crítica geográfica. Nesse percurso, a redação e as análises são guiadas pela dialética, buscando a compreensão por meio do materialismo histórico. Assim, o objetivo central do trabalho consisti em examinar os conflitos agrários na franja da fronteira do MATOPIBA, destacando os impactos sobre o território do estado do Maranhão e do município polo do complexo agroindustrial – Balsas/MA –, ressoando com as políticas (des)envolvimentistas e a expansão do capitalismo no campo. Pois a violência de agentes públicos atuantes no território, em diferentes escalas governamentais, é evidente nos registros de conflitos agrários entre camponeses e sojicultores; a seletividade estatal na formulação de políticas agrícolas e sociais dilacera continuamente a cidadania rural e intensifica as disputas territoriais entre diversos atores no atual sistema capitalista de produção.

Palavras-chave: Geografia; Modernização; Mazelas; Cerrado.

TERRITORY, BORDER AND CONFLICTS: CONTRADICTIONS AND DISPUTES IN THE MATOPIBA MARANHENSE REGION

Abstract

This article analyzes the territorial conflicts arising from the dynamics of the agricultural frontier in MATOPIBA, based on authors who emphasize geographical critique. In this journey, the writing and analyses are guided by dialectics, seeking understanding through historical materialism. Thus, the central objective of the work was to examine the agrarian conflicts on the fringe of the MATOPIBA frontier, highlighting the impacts on the territory of the state of Maranhão and the hub municipality of the agroindustrial complex – Balsas/MA – resonating with (de)developmental policies and the expansion of capitalism in the countryside. For the violence of public agents operating in the territory, across different governmental scales, is evident in the records of agrarian conflicts between peasants and soybean farmers; the state's selectivity in formulating agricultural and social policies continuously undermines rural citizenship and intensifies territorial disputes among various actors in the current capitalist production system.

Key words: Geography; Modernization; Diseases; Closed.

TERRITORIO, FRONTERA Y CONFLICTOS: CONTRADICCIONES Y DISPUTAS EN LA REGIÓN DE MATOPIBA MARANHENSE

Resumen

Este artículo analiza los conflictos territoriales derivados de la dinámica de la frontera agrícola en el MATOPIBA, basándose en autores que destacan la crítica geográfica. En este recorrido, la redacción y los análisis están guiados por la dialéctica, buscando la comprensión a través del materialismo histórico. Así, el objetivo central del trabajo fue examinar los conflictos agrarios en la franja de la

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

frontera del MATOPIBA, destacando los impactos sobre el territorio del estado de Maranhão y el municipio polo del complejo agroindustrial – Balsas/MA –, en resonancia con las políticas (des)desarrollistas y la expansión del capitalismo en el campo. Pues la violencia de los agentes públicos actuantes en el territorio, en diferentes escalas gubernamentales, es evidente en los registros de conflictos agrarios entre campesinos y productores de soja; la selectividad estatal en la formulación de políticas agrícolas y sociales lacera continuamente la ciudadanía rural e intensifica las disputas territoriales entre diversos actores en el actual sistema capitalista de producción.

Palabras-clave: Geografía; Modernización; Enfermedades; Cerrado.

Introdução

O Território não deve ser confundido com o Espaço ou o Lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. O território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 1995). O território também é tecido com ênfase nas suas dimensões, das quais destaca as relações sociais, asseverando que “o território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (Haesbaert, 2011, p. 26).

Haesbaert (2004, 2005) aborda o território com diferentes enfoques, apresentando uma classificação em que se verificam três tipos básicos, do que seria o território: a) *jurídico-político*, b) *cultural*, e c) *econômico*. E é sob a dimensão econômica do território, que as transformações postas pela globalização e em específico as diversas modificações que ocorrem no campo enfocadas em projetos de desenvolvimento como o MATOPIBA que apontam para a desterritorialização e a reterritorialização camponesa e povos tradicionais nos territórios e as flexibilizações das fronteiras.

[...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquele que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida” (Santos, 1999, p. 8).

Contudo temos posta uma realidade presente na sociedade e que se assevera com a globalização, e a ascensão do capitalismo nos mais diversos seguimentos, em que se emoldam das ligações de poder, um caráter de “dominação”, onde os atores tendo territorialidades diferente se contrapõem e convergem pelo poder de uso e territorialidade no/do território. Esse poder sobrepõe-se aos “sabores, saberes, poderes” (Porto-gonçalves, 2006) das

comunidades tradicionais e camponesas, ou seja, o capital na “figura” do agronegócio atropela culturas, territorialidades e até mesmo os territórios.

Os diferentes tipos de relação que possam existir nestes espaços estão relacionados a estas finalidades de interesses acumulados e distintamente valorizados ao longo do tempo pelos agentes presentes. Sobre isto Fernandes (2008) destaca que

Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem. São utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam, gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios (Fernandes, 2008, p. 9).

As relações sociais intrincas ao território, a dinâmica capitalista acelerada no campo e as sobreposições na fronteira onde de um lado temos camponeses e povos originários e do outro o capital – fazendeiros, grandes empresas e conglomerados técnicos de produção agrícola, formam a dialética deste estudo, pois para subsidiar a escrita desse artigo e as análises dessa dualidade utilizamos como método o materialismo histórico dialético, pois “compreende a história num movimento de luta entre contrários, entre opostos” (Rossi, 2014, p. 253).

Tendo em vista que a dialética é a “teoria das leis gerais do movimento, do desenvolvimento do mundo e do conhecimento humano. Ou seja, a filosofia dialética pode ser definida como modelo mental dos processos de modificação e desenvolvimento do mundo” (Souza, 2011, p. 5). Ou seja, a complexidade das relações e o conjunto de conflitos nas diferentes escalas acarretados pela dinâmica das relações entre os distintos interesses do uso e manutenção do território na região do MATOPIBA.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar os conflitos agrários que ocorrem na franja da fronteira do MATOPIBA, destacando os reflexos sobre o território do estado do Maranhão e do município polo do complexo agroindustrial – Balsas/MA, tendo como ressonância as políticas (des)envolvimentistas e a ascensão do capitalismo no campo. “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência” (Marx, 1996, p. 47).

Para tanto, buscamos responder um questionamento: a questão agrária de como se dá a reprodução do capital e sua estrutura de projeto modernizador sob os sujeitos históricos e de classe social, num contexto de expropriação e conflitos, efetivados pela dinâmica de expansão e (des)envolvimento capitalista no espaço agrário. “Esta geografia, dialética,

desvendadora do papel da ciência na sociedade burguesa, melhor diríamos, no âmbito do capitalismo, foi expressa também na análise que os dois geógrafos fizeram da própria questão agrária” (Bombardi, 2007, p. 318)

MATOPIBA: projeto e fronteira no território maranhense

A fronteira agrícola que nos últimos 10 anos vem modificando as paisagens do cerrado brasileiro e dita com MATOPIBA², que em verdade, reflete nada menos que a continuidade da “marcha da soja” baseada em tecnologias modernas que assegura ganhos de produtividade iniciada nos anos 1970 no Sul do Brasil e expandindo-se em direção às demais regiões do país, ocupando áreas do Cerrado e da Pré-amazônia.

Episteme que reflete as formas de ação e de impacto das relações entre os tempos, ou seja, dos grupos – povos originários e comunidades tradicionais no choque com a fronteira e seus agentes de “(des)envolvimento”. Sobre esse processo Velho (2009, p. 10) assevera que “à medida que um desenvolvimento desigual e combinado em escala nacional e internacional relaciona, num caso concreto, uma espécie de sobre descontinuidade gerada por uma dominância de fora com as vicissitudes da acumulação local”.

A área onde estrutura-se a dita nova região de desenvolvimento do agronegócio tem um processo de ocupação iniciado por volta dos anos 1971 e 1974 quando foram iniciados os primeiros estudos em especial no estado do Maranhão, haja visto os incentivos dos governos locais e a marcha da soja advinda do estado de Goiás (hoje Estado do Tocantins) para testes com os solos e a adequação das sementes em novas áreas de produção no cerrado:

através do Departamento de Pesquisa e Experimentação – DEPE da secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA através de convenio firmado com a SUDENE [...]. em 1978 a Empresa Agropecuária do Estado do Maranhão – EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisas com soja – CNPSO/ EMBRAPA ampliou a iniciou um programa de pesquisa com soja cujo finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Microrregiões distintas [...], de maneira que no início de 1980 a SAGRIMA elaborou o documento intitulado ‘Subsídios do para um Programa de Expansão da Cultura da Soja no Estado do Maranhão com o objetivo de [...] fortalece a economia agrícola estadual através da expansão da cultura da soja, implementar a oferta de matéria prima ao parque industrial de oleaginosas e abrir novos espaços a exportação da economia estadual, com vista ao mercado regional (Ferreira, 2008, p. 101 e 102).

² A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os estados mencionados, caracterizada por uma fronteira agrícola de alta produtividade (Embrapa/GITE, 2015).

A partir de 1995, no Sul de Maranhão toma-se relevante a fase III do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)³, que tinha como objetivo tornar as áreas de cerrado do Maranhão e do Tocantins (norte de Goiás) mais produtivas aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional e a ocupação de terras ditas vazias – essas áreas, no entanto eram ocupadas por posseiros – camponeses e comunidades tradicionais.

A fronteira arrasta grande número de novos atores de diferentes classes e escalas, impulsionados por um projeto desenvolvimentista de reestruturação socioespacial do território brasileiro e proposto para corresponder aos interesses de uma elite global neoliberal. Assim, “face a seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização considerados necessários à efetivação da rápida ocupação” (Backer, *et. al.* 1990, p. 17).

Nesse processo de tecnificação agrícola do território para a inserção de uma nova forma de agricultura e principalmente de novos moradores, o Sul do estado do Maranhão recebe a instalação do complexo agroindustrial capitalizado pelo estado brasileiro. Esse programa equivale ao Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), implantado a partir de julho de 1996, incorporando inicialmente, uma área de 80 mil hectares, a qual segundo Giordano (1999):

[...] com exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency - JICA) (Giordano, 1999, p. 114).

Essas políticas resultaram na implantação do cultivo da soja e milho destinados à exportação e desenvolvido por grandes grupos empresariais (Ferreira, 2008), que se instalaram no município de Balsas, atraídos pelo baixo Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), contudo essas empresas, necessitaram de tecnologia, pesquisa, energia elétrica e áreas planas que permitissem o uso de máquinas (Fotos 01 e 02)⁴.

³ O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, foi um programa que estabelecia a relação entre Brasil e Japão para o desenvolvimento agrícola em áreas do cerrado brasileiro. Teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, e encerrou-se em 2001 (Brasil, 2019).

⁴ As fotografias utilizadas neste artigo são do banco de dados do autor e foram capturadas durante dos dois trabalhos de campo, sendo o primeiro em 2018 e o segundo em 2019, ambos para escrita do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade estadual do Maranhão – UEMA. As cerca de 500 imagens compõem o acervo pessoal do pesquisador.

Estas empresas fornecem maquinário agrícola para as fazendas produtoras; empresas envolvidas com a extração e comercialização de calcário; comércio de fertilizantes, agroquímicos e sementes melhoradas; e um ramo ligado à assistência técnica e o de serviços.

Foto 01. Revenda de defensivos e máquinas agrícolas em Balsas



Fonte: Rodrigues, 2018.

Foto 02. Empresa de máquinas com sede em Balsas



Fonte: Rodrigues, 2019.

Balsas passa então a configurar-se dentro da lógica da economia globalizada especialmente no momento em que a soja se valoriza no mercado internacional, indo de uma simples agricultura baseada na produção primária a uma agricultura comercial vinculada ao grande capital, como é tratado por Oliveira (2012, p. 6) “...a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais”.

É importante destacar o ponto de análise é o capital e suas raízes sobre o território, apresentando assim noções de relação e tempos diferenciados nos processos e formas de ocupação territorial nos cerrados, e também dos propósitos de uso do solo e suas nuanças, sendo esses pontos um “desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, [...], diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (Martins, 1996, p. 30).

Na prática, programa PC-GEBAL, teve uma destinação diversa daquela que foi teoricamente planejada, uma vez que o modelo de produção adotado não incluiu os camponeses, senão pelas características peculiares que este grupo social apresenta, como modo de vida e condições materiais, mas principalmente, porque a despeito do programa preconizar atender aos agricultores familiares médios, a intenção era beneficiar outro tipo de produtor como se pode vislumbrar na atualidade.

Subsidiado pelo Estado e tendo o capital dominante de uma elite atrelada ao campo, o “Estado também desenvolve programas reformistas em locais estratégicos, de modo a

atender a interesses diversos e a cooptar massas de população rural” (Backer, *et. al.* 1990, p. 17). Processo esse que “ajudou” ainda mais a concentra a terra e marginalizar as comunidades tradicionais, acirrando os conflitos e as expropriações territoriais.

Es un lugar de variada escala - micro, meso, macro - donde actores - públicos, privados, ciudadanos, otros - ponen en marcha procesos complejos de interacción -complementaria, contradictoria, conflictiva, cooperativa - entre sistemas de acciones y sistemas de objetos, constituidos éstos por un sinnúmero de técnicas - híbridos naturales y artificiales - e identificables según instancias de un proceso de organización territorial en particulares acontecimientos - en tiempo- espacio - y con diversos grados de inserción local-meso global. El territorio se redefine siempre (Bozzano, 2017, p. 102).

Neste sentido a dicotomia entre tempos distintos e a história dinamizada repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, “pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um, enquanto o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro” (Martins, 1996, p. 31-32).

É neste contexto que o município de Balsa no Maranhão foi sendo modificado e transformando-se “num espaço nacional de economia internacional” (Santos, 1996, p. 244) por conta da sojicultura, que atraiu e continua atraindo cada vez mais empreendimentos voltados para o mercado de *commodities*, e tornando-se o município polo do setor agroexportador do estado. Onde a dualidade é passo marcante entre esses dois pontos de vista e de análise teórica pois “estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações” (Martins, 1996, p. 32). Assim, buscar uma totalidade econômica para abarcar ambos os planos teóricos é um artifício para encobrir camadas da realidade desigual, portanto, expressando um esvaziamento de historicidade.

Com o arrastar dos anos e a expansão do capital financeiro para abertura de novas áreas produtivas no cerrado maranhense, e por pressões políticas, o estado brasileiro abre estudos técnicos via EMBRAPA para mapeamento e levantamentos de dados para investimentos na região geográfica do MATOPIBA “a denominação atribuída à vasta porção do Cerrado brasileiro e parte da Amazônia Legal que envolve todo o estado do Tocantins, mais o oeste baiano e o sul do Maranhão e do Piauí” (Favareto. *et. al.* p. 349, 2019).

Favareto. *et. al.* (p. 353, 2019) nos escreve sobre esse acirramento territorial e como a implementação e instalação do complexo agroexportador na região impactou a conjuntura social e estrutural do cerrado, “o crescimento da produção, as mudanças tecnológicas, a

consequente alteração da paisagem, a perda de cobertura florestal e os conflitos socioambientais...”. o uso da terra e a dinâmica tradicional são substituídas por mecanismos técnicos de modernização do campo e com isso arrastam um circuito espacial produtivo ligado ao mercado e as demandas importadas pelo capital.

O projeto foi elaborado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa - GITE⁵, segundo o qual, tivera como primeiro grande critério a expansão do agronegócio. Os quais são:

- 1) A caracterização territorial da região do MATOPIBA, além da produção de análises de contexto agrário, rural e agrícola, e informações sobre os processos de natureza territorial em função de demandas e necessidades específicas do INCRA;
- 2) A produção de análises de contexto e informações sobre processos de natureza territorial em função de demandas e necessidades específicas do INCRA no tocante ao contexto agrário, rural e agrícola de áreas quilombolas [...];
- 3) A produção de análises de contexto e informações sobre processos de natureza territorial em função de demandas e necessidades específicas do INCRA no tocante ao contexto agrário, rural e agrícola de assentamentos prioritários para titulação e temáticas territoriais associadas (GITE, 2015).

Segundo o IBGE (2010) o MATOPIBA, abrange 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, numa área com cerca de 73.173.485 hectares (51% da área dos 4 Estados) (Figura 02), área esta que abarca aproximadamente 324 mil estabelecimentos agrícolas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, 35 terras indígenas, além de 46 unidades de conservação, entre outros.

Figura 01. Delimitação territorial do MATOPIBA



Fonte: EMBRAPA, GITE (2015).

Org.: Rodrigues (2023).

⁵ Por meio do decreto 8.852 publicado no Diário Oficial da União, no mês de setembro 2018, o Governo Federal extinguiu a partir de 19 de outubro do mesmo ano o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica da Embrapa, contudo devemos nos atentar que o GITE foi apenas o grupo responsável pelos levantamentos e estudos na região do MATOPIBA, ou seja, os recursos e facilidades continuam a ser concedidos aos produtores.

No 2º parágrafo do artigo 1º do referido decreto está definida a função do projeto:

[...] 2º O PDA - Matopiba orientará programas, projetos e ações federais relativos a atividades agrícolas e pecuárias a serem implementados na sua área de abrangência e promoverá a harmonização daqueles já existentes, observadas as seguintes diretrizes:

I – desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;

II - apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e

III - ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional (Brasil, 2015).

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA foi aprovado pela então presidente da república Dilma Rousseff e passou a vigorar a partir do dia 06 de maio de 2015, por meio do decreto nº 8.447, de mesma data, que dispõe sobre tal, e a criação de seu Comitê Gestor. Contudo, poucos anos depois, em 24 de agosto de 2020 o então presidente Jair Messias Bolsonaro decreta a revogação, por meio do decreto nº 10.473.

Posteriormente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou o Decreto nº 11.767, de 01 de novembro de 2023, recriando o MATOPIBA com foco em sustentabilidade e inclusão social. A recriação busca fortalecer a governança ambiental, combater o desmatamento ilegal e promover políticas que conciliem a produção agrícola.

David Harvey (2000), argumenta que a expansão do capitalismo no campo reconfigura os espaços geográficos, criando “territórios de exclusão” onde populações locais são marginalizadas em prol da acumulação de capital (Harvey, 2000, p. 178). “O Estado brasileiro atuou na moldagem atual do Matopiba, mas todo um padrão de acumulação que envolve tecnologias, sistema financeiro, organização institucional e infraestruturas” (Favareto. *et. al.* p. 357, 2019).

MATOPIBA: Conflitos agrários e concentração fundiária

Para além dos dados expostos, que demonstra a grandiosidade do projeto do MATOPIBA e a expansão do agronegócio, que foi proporcionado pelos investimentos dos grupos econômicos, mas também em grande medida por investimentos de recursos públicos, “Os casos de desrespeito aos preceitos legais são tratados como mera exceção. E o posicionamento político das organizações do setor, reivindicando o afrouxamento de alguns destes marcos legais, também não aparece neste discurso” (Favareto. *et. al.* p. 353, 2019).

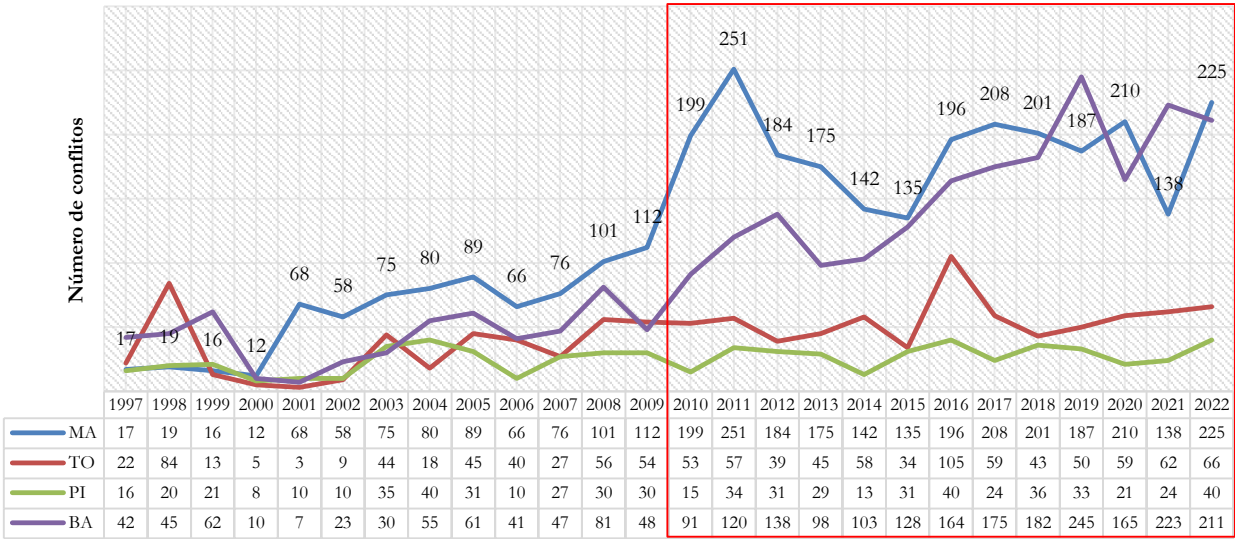
A tomada de arranque da expansão da fronteira choca com um território amplamente usado por populações tradicionais (indígenas, ribeirinhos, camponeses e outros), o dito cenário terras vazias no Cerrado e na Amazônia “cai por terra”, assim, o que se exibe na colisão entre as comunidades tradicionais e os novos atores é um cenário de tempos contrapostos de expulsões e mazelas no campo, expondo que o caminho acelerado da fronteira sobrepõe-se aos usos em tempos diferenciados. Deste modo “O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História” (Martins, 1996, p. 27).

A fronteira é exposta por Martins (1996) em sua elasticidade, e dinâmica do tempo histórico, tendo assim idas e voltas sob as tensões estruturais do processo socioespacial e socioterritorial de mudanças, ou seja, a na flexibilização (ida) da fronteira (avanço) os impactos e choques com os grupos territoriais é dado e nisto os conflitos explodem e tensionam a disputa pro território. Nas flexões (voltas) a zona de fronteira é recuada enquanto se prepara uma nova investida sob esses territórios, haja vista que os agentes que agem tencionado a franja/frente da fronteira são sempre os de maior poder econômico e aporte conflitante ante os ocupantes tradicionalmente presentes na área.

É de suma que o capital se estruture sobre o trabalho e as relações sociais de classe, assim, nessa nova fronteira inúmeras delações de trabalho emergem junto aos conflitos e as territorialidades dos atores envolvidos, isso nos mostra a atenção das autoras ao escrever o trabalho e destacar as ações ligadas a verdetes teóricas do mundo do trabalho. “a mobilidade da força de trabalho tem sido condição de constituição da fronteira e a migração não é um processo predominantemente espontâneo” (Backer, *et. al.* 1990, p. 19).

Neste sentido o acirramento dos conflitos agrários nos estados que compõem a região geográfica do MATOPIBA, toma folego ainda maiores no período de 2009 até os dias atuais, apresentando os maiores índices entre os estados brasileiros, com destaque aos estados do Maranhão e da Bahia, ambos figuram entre as primeiras colocações anuais nos índices apresentados pela Comissão Pastoral da Terra em seus cadernos de conflitos - Cadernos de Conflitos no Campo Brasil (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Conflitos agrários nos Estados que compõe o MATOPIBA (1997 – 2022)



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 1998 a 2023.

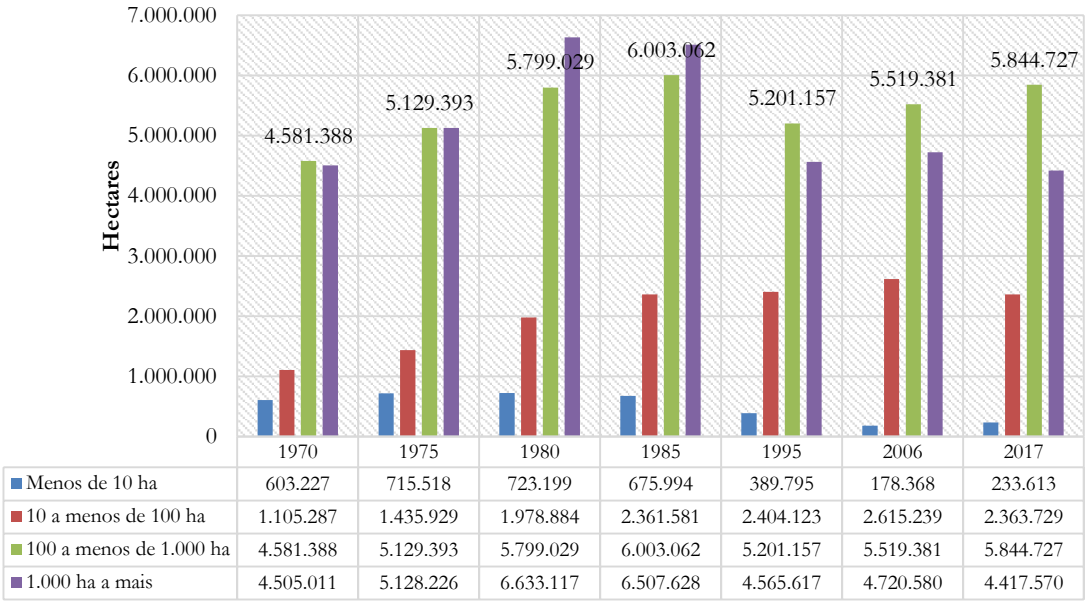
Org.: Rodrigues, 2023.

No jogo ferrenho de classes é que entendemos tais pontos, pois se temos a delimitação de um território – o MATOPIBA, temos uma inserção de um poder que gesta e “manda” nesta nova área, pois como discorremos anteriormente, o território tem a ver com poder em todas as suas dimensões. Neste sentido o poder constituído é o do agronegócio, que tendo o capital e a delimitação de seu território o molda por seus interesses e de sua classe social, sufocando e expulsando os povos pré-existentes da área, que acabam sendo esmagados, expropriados e deixados à margem da sociedade.

Em conformidade com o dito, extrai-se do texto que “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (Martins, 1996, p. 26). Se de um lato temos atores dispostos a tomar o território priorizando sob tudo e todos a espacialização do capital financeiro no campo, temos do outro os camponeses, articulando e criando ações de enfrentamento, e resistência as tomadas territoriais.

Entendemos que os investimentos em infraestrutura, por parte das distintas escalas de governos é muito aquém do necessário, todavia, ainda assim, proporciona diversas facilidades para o avanço da produção mecanizada da grãos, entre essas facilidades está a concessão de terras, legitimando a concentração fundiária como no caso do Maranhão, que se comprova por meio da comparação de dados do IBGE (Gráfico 02).

Gráfico 02. Estabelecimentos agropecuários no Maranhão em Hectares, de 1970 a 2017⁶



Fonte: IBGE, Censos agropecuários - série histórica de 1970 a 2017
Org.: Rodrigues, 2023.

O número de pequenas propriedades (menos de 10 ha) que é a faixa onde predomina o campesinato decresceu nos dados dos últimos censos, contudo no censo mais recente tivemos um leve ascendência nesta categoria evidenciando que a queda acumulada é de 309,05%, a evolução de tais dados demonstra que a manutenção do campesinato não faz parte do rol das preocupações dos gestores das políticas voltada para o campo maranhense.

O número de grandes latifúndios (mais de 1000 ha) vinha sofrendo decréscimos desde os censos de 1995, tendo em vista que em 1985 somavam 6.003.062 unidades contudo passou-se em 2006 a ter 5.844.727, aventamos a hipótese que isso decorre em virtude da grande pressão exercida pelos movimentos políticos a partir da década de 2000.

O número de propriedades localizadas na faixa de 10 a menos de 100ha vem aumentando de forma muito lenta, demonstrando a falta de efetividade das políticas oficiais voltadas para a denominada agricultura familiar. Contudo o aparente lento crescimento da faixa localizada de 100 a menos de 1000 ha após 1980 é proporcional à acelerada queda do extrato com menos de 10 ha, pois a totalidade da área que é subtraída desta faixa, tem um rebatimento drástico para o campesinato, ao mesmo tempo que a junção das propriedades

⁶ O Censo Agropecuário 1990 não ocorreu; o levantamento de 1995 foi realizado em 1996 junto com a Contagem da População; o de 2000 não foi realizado; o de 2005 foi a campo em 2007 junto, mais uma vez, com a Contagem da População; o de 2010 não foi realizado; e o de 2015 foi a campo em 2017 (IBGE, 2023).

desta faixa e sua consequente incorporação à faixa de 100 a menos de 1000 ha não representa um número tão expressivo para este que é por excelência o extrato do agronegócio.

A mesma conjuntura que promove a ascensão econômica da agricultura comercial de exportação, é responsável pelos flagelos do camponês, constata-se que, não raras as vezes, aquele grupo social que possui privilégios é responsável pelas agruras do setor marginalizado.

Martins (1996) destaca que a dualidade nas relações presentes na fronteira assevera que nesse conflito posto a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso, ou seja, o novo construído e enraizado pelo capital financeiro sobrepõe-se aos indígenas e povos tradicionais que são vistos como atrasado e com isso marginalizados na composição da fronteira. “Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino” (Martins, 1996, p. 46).

O estado do Maranhão apresenta um território de substrato, baseado em conflitos socioterritoriais desde os seus primórdios, a sua ocupação assim como a do Brasil foi/é baseada em interesses de um determinado grupo sobre o território pré-habitado por outros grupos tradicionais. A questão fundiária maranhense é complexa e cheia de meandros, pois as políticas e os agentes políticos que deveriam regulamentar a posse e o uso das terras, sempre mantiveram seus interesses afrente dos demais, neste sentido temos uma conjuntura de conflitos agrários que se destacam sobre os demais Estados da nação.

Segundo Schilling (2005),

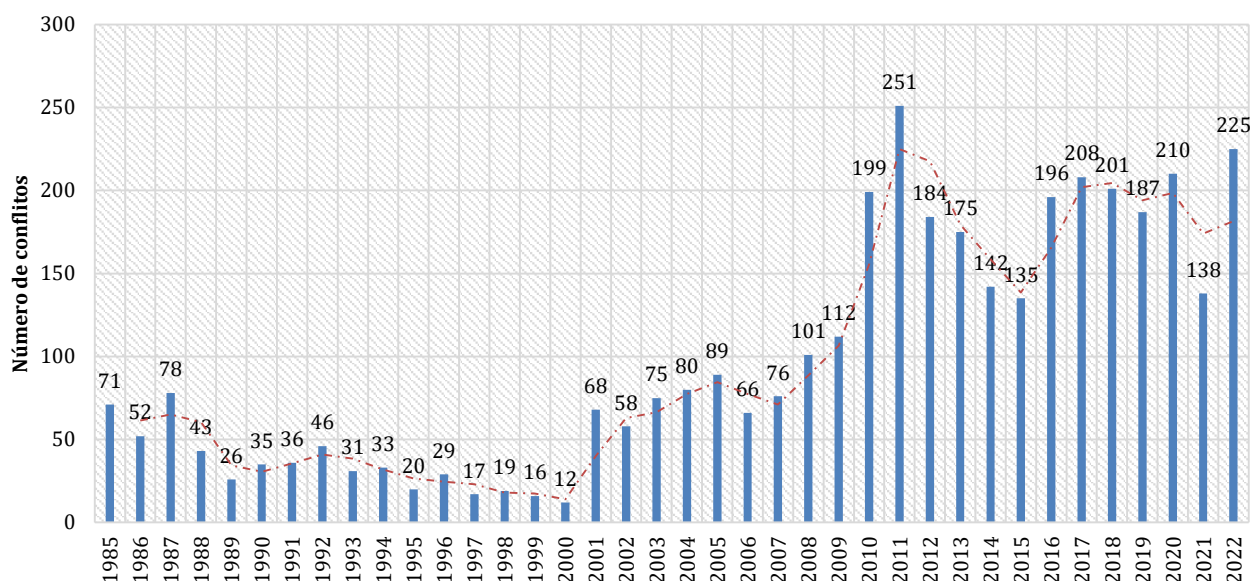
[...] a reforma agrária deve realizar a democratização da propriedade permitir o acesso e fixação do homem na terra, como proprietário e não como servo, inclusive dos trabalhadores rurais, além disso, devem ser indispensavelmente, amparado pelo regime de garantias jurídico-sociais [...] (Schilling, 2005, p. 233)

Os problemas decorrentes da grande concentração de terras nas mãos de poucos persistem até os dias de hoje no estado do Maranhão, muitos camponeses que dependem da terra para a produção e sua reprodução social, não dispõe deste meio de produção para desenvolver suas atividades, pois os incentivos públicos e a legislação têm beneficiado o grande latifúndio e seus donos que, a cada ano, aumentam seus domínios territoriais, que são voltados para produção e expansão do agronegócio, enquanto os camponês perdem suas terras e não consegue sobreviver como antes, do extrativismo e cultivo de lavouras diversificadas para subsistência, sua e da família. Segundo Silva e Cunha (2012)

O direito à terra tem sido uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. As lutas extrativistas não ficaram atrás nessa empreitada reivindicatória. Os conflitos em torno dos babaçuais também somaram números alarmantes. Parte desses conflitos pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no estado (Silva; Cunha, 2012, p. 05).

O Maranhão convive com um aumento progressivo no número de conflitos territoriais, segundo dados da CPT⁷, no estado de 1985 a 2017 ocorreram cerca de 2.683 conflitos por terra envolvendo cerca de 251.703 famílias (Gráfico 03).

Gráfico 03. Evolução dos conflitos pela terra no Maranhão entre 1985⁷ e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 1985 a 2022.

Org.: Rodrigues, 2023.

A região maranhense que concentra o maior número de conflitos encontra-se na faixa de transição geográfica entre o bioma do Cerrado do Centro-Oeste e a floresta pré-amazônica, áreas abrangidas pelos Rios Tocantins e Araguaia. Cujas disputas pela posse de vastas extensões de terra apropriadas para a agricultura e a pecuária, culminam em graves confrontos envolvendo fazendeiros, camponeses e posseiros, com maior letalidade para os dois últimos atores sociais.

Podemos encontrar esta resistência cultural e política na história do(a)s posseiro(a)s do Bico do Papagaio, pessoas que vinham do Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, ou seja, regiões nas quais a integração econômica já se fazia sentir

⁷ Primeiro ano de lançamento dos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra – CPT Brasil, onde são registradas as ocorrências de conflitos agrários, ameaças a trabalhadores rurais, expulsões e mortes no campo. Dados catalogados ano a ano pelas bases locais da Igreja Católica nas regionais de todos os estados brasileiros.

na permanência de um modelo agrário concentrador, o que fez da migração uma forma de resistência às imposições que os condicionavam a agregados e subordinados. Isto é, essas constantes mudanças podem ser interpretadas como uma “fuga” frente às transformações que regulavam suas vidas, caracterizadas por expulsões evidentes ou disfarçadas (Oliveira, 2005, p. 76).

A luta por terra no Maranhão é uma das maiores do Brasil, realidade comprovada não só na atualidade como também ao longo da história deste Estado. Evidencia-se também que, os conflitos agrários, ocorrem em áreas que são agricultáveis, que são disputadas pelos grandes produtores para a implantação de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados à grande lavoura capitalista – o agronegócio -, que para tanto expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtora de soja e milho.

Fernandes (2008) afirma que para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária.

Para Moreira (2005):

Nos conflitos rurais opõem-se grandes proprietários e camponeses ao redor da questão da reforma agrária. A forte concentração da propriedade rural herdada do período colonial, e que atravessa sem mudança as transformações fundamentais do século XIX - a independência, a abolição da escravatura e a república - agora é questionada por um campesinato que começa a ser expulso do campo por conta das mudanças com que a agropecuária responde as demandas urbanas e da industrialização, reagindo o campesinato com a pressão pela partilha e redistribuição mais equânime da propriedade rural, que equilibre as relações no campo e modernize socialmente as relações agrárias (Moreira, 2015, p. 19).

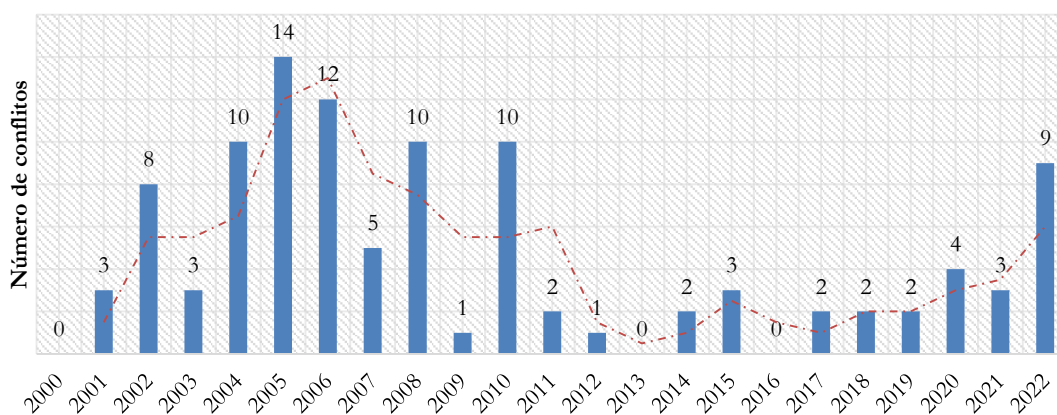
O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região do município de Balsas, é um conflito que se dá de forma muitas das vezes encoberta e sem chamar a atenção para a sociedade em geral, pois só é percebido na comparação dos números. A luta dos camponeses contra o crescimento do agronegócio sobre seus territórios é para ele como uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e também de produção para assim poder ser o compositor da sua própria história, e não submeter sua vida aos caprichos do grande capital, que vem a ser esmagador do seu lugar e da sua cultura.

Esse conflito é entendido como “[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontece em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água,

direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2008, p. 10), se caracteriza de muitas maneiras, primeiramente o conflito espacial pela produção, que se dá na forma encoberta/escondida, mas a forma violenta do conflito é a mais cruel, pois mata, desaloja, e deixa marcas.

Em Balsas o número de conflitos por terra que ocorreram nos últimos quinze anos (2000 - 2022) somam 106 (cento e seis) concorrências, que obteve alguns picos nos períodos de 2002 a 2010 (Gráfico 04) quando ocorreram 73 (setenta e três), conflitos por disputa de terras entre camponeses e produtores. É importante destacar que nesse período a fase de expansão da fronteira para abertura de novas áreas nesse município era latente, sendo as ocorrências ligadas principalmente a evasão de divisas, ameaças e invasões a áreas de assentamentos rurais e apropriação de áreas baixas das chapadas, processo que se estende para novas áreas de municípios vizinhos a partir do ano de 2011.

Gráfico 04. Número de conflitos agrários ocorridos em Balsas entre 2000 e 2022



Fonte: CPT, série histórica, cadernos de conflitos no campo Brasil de 2001 a 2023.

Org.: Rodrigues, 2023.

As ocorrências que são decorrentes de áreas de assentamento rurais do INCRA, são provocadas na maioria das vezes por conta da aquisição das terras próximas ao assentamento pelos fazendeiros para implantação de campos de produção de soja, o que provoca inúmeros problemas para os moradores dos assentamentos, além disso esses fazendeiros ao adquirir as terras recebem documentos desproporcionais a verdadeira área da fazenda, e sobrepondo as terras dos assentamentos vizinhos.

Um grande problema que tem provocado inúmeros conflitos é a imposição do impedimento da criação dos animais livremente nas áreas de chapada, que, é um dos componentes do sistema de produção praticado por esses camponeses. Nesse sistema de

produção, as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum (a chapada).

Na situação atual ocorre o inverso, pois como os campos de soja não são cercados, a criação de animais é que deve ser limitada, e quando esses animais não são presos e entram em áreas das fazendas de grãos, eles são mortos a tiros, e jogados as margens das estradas perto a comunidades que estejam próximas as áreas de plantio para servir de exemplo e amedrontar os camponeses da área.

Conclusões

A legitimação de um projeto de acirramentos territoriais é a verdadeira face do MATOPIBA sob as áreas de cerrado dos estados ao qual está vinculado o projeto, sendo uma política de confrontos onde o capital sobrepõe-se ao viver, rasgando territórios a décadas ocupados por camponeses e povos originários. Cenário construído como ressonância das políticas desenvolvimentistas acunhadas pelo Estado brasileiro e também pelo estado do Maranhão, ações que implicam na vida dos camponeses locais que disputam o território frente as ações do capital.

Identificamos que os conflitos agrários registrados pela CPT em suas publicações apresentam uma porção das realidades de vida dos camponeses, os quais têm passado por inúmeras mazelas ocasionadas pelas situações que lhes são impostas, pois estão nas áreas que com ações pensadas e sobrepostas de cima para baixo compreendem o MATOPIBA, o qual mesmo com sua política suspensa recebe recursos e continua a ampliar seus tentáculos sob novos territórios. Contudo, há resistência, a qual é fruto de lutas sociais dos camponeses, mesmo em meio ao desrespeito, e descaso do Estado com essa população, que é abandonada e negligência, gerando ainda mais fragilidades e instabilidade socioterritoriais.

Apesar das particularidades que se fazem presente nas discussões traçadas sobre o território, a fronteira e os conflitos agrários no MATOPIBA, compreendemos quem a realidade teorizada está associada há escalas maiores, a níveis estaduais, federais e mundiais, pois mostra-se um território local com arcabouço econômico global. Assim podemos afirmar que as adversidades pelas quais passam os camponeses com a ascensão da fronteira nos quatro estados que compõem o MATOPIBA, em especial no Maranhão e em Balsas são análogas às condições de vida e de resistência de milhares de camponeses e povos originários brasileiros.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANTAQ. **Boletim Informativo Aquaviário**: 3º Trimestre 2015, São Paulo, 2015. Disponível em http://www.antaq.gov.br/portal/Estatisticas_BoletimPortuario.asp Acesso em 03 de jun. 2023.
- ASSELIN, V. **Grilagem**: Corrupção e Violência em Terras de Carajás. Petrópolis: Vozes, 1982
- BACKER, B.K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. In. FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). **Geografia agrária**: teoria e poder. 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo – 2007.
- BOZZANO, H. **Territorios posibles**: procesos, lugares y actores. 3 Ed. Buenos Aires: Lumiere, 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10473.htm#art1 acesso em: 14 de jun. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm acesso em: 30 de mai. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 11.767, de 1 de novembro de 2023. **Recria o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA**. Diário Oficial da União, Brasília, 1 nov. 2023.
- CAMPO. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados** – PRODECER. <http://www.campo.com.br/proceder/> acesso em 20 de mai. de 2023.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2008. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 05 jun. 2023.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Edições Loyola, 2002.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Ocorrência de Conflito por Terra. Serie: 1985 a 2022**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br> Acesso em: 30 de mai. de 2023.
- FAVARETO, Arilson. Et. Al. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. Presidente Prudente, **Rev. NERA**, v. 22, n. 47, Dossiê – 2019.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6275> Acesso em: 30 de mai. de 2023.

FERNANDES, B. M. Entendo nos Territórios dos Territórios. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

GIORDANO, S. R. **Competitividade Regional e globalização**. Doutorado em Geografia. (Tese) São Paulo: Departamento de Geografia, USP. 1999.

GITE/Embrapa. **Plano de Cooperação INCRA-Embrapa/GITE**. (2015) Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/plano.html> acesso em: 24 de mai. 2023.

GREENPEACE, **Segure a Linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado**. São Paulo, 2018.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 3. Ed. p. 54. 2007.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. SP: Loyola, 2000.

IBGE. **Censo 2010 - Cidade**. IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 27 de mai. 2023.

IBGE. **IBGE: Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/balsas> acesso em 23 de mai. de 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 27 de mai. 2023.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141> Acesso em: 27 de mai. 2023.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim paulista de geografia**, número 83, São Paulo – SP, dez. 2005. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/760> Acesso em 01 de jun. de 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 13ª Edição. São Paulo: Contexto, 2005. Coleção Repensado a Geografia.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. **Anais do 12º Colóquio Geocrítica**. Bogotá, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/> acesso em 13 de jun. de 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios** - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

ROSSI, Rafael. Materialismo histórico dialético e educação do campo. **OKARA: Geografia em debate** v.8, n.2, p. 249-270, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/19198> acesso em 13 de jun. de 2023.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/2>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SCHILLING, P. Do “Caminho Brasileiro” de Reforma Agrária – 1962 In: STEDILE, J. P. (org.). **A Questão agrária no Brasil: O Debate Tradicional – 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SILVA, A. R.; CUNHA, V. V. **A luta pela terra no Maranhão: caso do bico do papagaio**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1195_1.pdf Acesso em: 12 jun. 2023.

SOUZA, Geraldo Lopes de. Dialética e Educação - Dialética e Violência” “Dialética e Felicidade. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)**, 2011. <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i1.3783>.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>>.

Recebido em: dezembro de 2024

Aceito em: agosto de 2025